Grupo de Trabalho - “Questão social”, luta de classes e dominação burguesa no Brasil.

Coordenação: Leonardo Sartoretto[[1]](#footnote-0) e Mario Miranda Antonio Junior[[2]](#footnote-1)

Resumo expandido

O debate sobre o capitalismo brasileiro condiciona a discussão sobre a nossa revolução burguesa. Se foi a elite senhorial agrária e escravista que apoiou e beneficiou-se do poder político na Independência em 1822, conforme Caio Prado Júnior explica em Evolução Política do Brasil (1962), foram as frações da burguesia agroexportadora e com negócios diversificados, subordinadas e associadas ao capital estrangeiro, ligadas ao capital comercial, financeiro e industrial que a derrubaram com o golpe que culminou com a República em 1889. Todavia, o divisor definitivo se dá com o fim do tráfico de escravos em 1850, que favorece uma grande acumulação de capitais promovendo investimentos na indústria, conforme o capital inglês alcançava um novo estágio de desenvolvimento, redefinindo a divisão mundial do trabalho e o lugar do Brasil nela. A expansão do trabalho assalariado livre e o estatuto jurídico da propriedade privada da terra, ambos assegurados por leis em 1850, são as pedras fundamentais para a consolidação do capitalismo brasileiro, revelam o esgotamento de um modo de produção incapaz de atender a nova etapa do capitalismo global. A esse respeito, Marx é categórico:

Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevêm então uma época de revolução social. (MARX, 2008, p. 47)

Dito isto, as forças políticas e sociais por trás do escravismo estavam condenadas à ruína, um fardo de outra época que nos impedia de avançar rumo ao desenvolvimento das forças produtivas modernas. Assim, Caio Prado Júnior (1962) enfatiza:

A evolução política progressista do Império corresponde assim, no terreno econômico, à integração sucessiva do país numa forma produtiva superior: a forma capitalista. As instituições primitivas como a escravidão, herdadas da antiga colônia, são varridas pelas novas forças produtivas que se vão formando e desenvolvendo no correr do século passado. Não é somente com o trabalho servil que isto se dá. O espírito conservador-retrógrado, que representava os interesses ligados à reação antiprogressista, tinha-se encastelado numa série de instituições políticas, como o senado vitalício e o Conselho de Estado, onde, seja pela natural imobilidade delas, freava a cada passo a marcha do país. A luta contra estas instituições constitui a evolução democrático-liberal do Império que tão intensa se torna depois de 1868. A reação que se esboça neste ano com a formação do gabinete de 16 de julho, encontra pela frente o partido liberal-radical, formado logo em seguida, e que faz no seu programa tábua rasa de todas essas instituições. Na ala esquerda desta burguesia democrático-liberal vamos encontrar os republicanos que em 1870 se agrupam em partido político. A Monarquia, entrevada pelos escombros do passado, agonizava [...]. (PRADO, 1962, p. 91)

 A queda da monarquia escravista foi um processo inexorável no curso do desenvolvimento do capitalismo global, conforme as instituições políticas brasileiras fossem presas a processos produtivos arcaicos, incompatíveis com o desenvolvimento das forças sociais produtivas avançadas, de modo que fosse inelutável a transformação política necessária à adequada nova configuração do capital. Após o movimento republicano da década de 1870 que culminou com a organização do Partido Republicano Paulista em 1873, o Congresso Agrícola de 1878, no esteio da expansão do abolicionismo e a imigração estrangeira para substituição da mão de obra escravizada, os dias do antigo regime estavam contados, de modo que uma “simples passeata militar foi suficiente para lhe arrancar o último suspiro”.

Considerando que o “capital industrial dirige a produção”, conforme Marx (1989), isto é, o movimento econômico interno, inclusive a agricultura, a “produção fabrica não apenas os artigos de uso, mas também o seu valor, sua mola propulsora é, no entanto, o ganho de mais valor, cujo berço é a esfera da produção, não da circulação”. Nesse sentido, Gorender (1981, p. 11) explica como no Brasil a “burguesia mercantil prospera nas formações sociais anteriores ao capitalismo, enquanto o agente organizador do modo de produção capitalista é somente a burguesia industrial”. Deste modo, nas formações de capitalismo tardio e periférico a burguesia industrial “pode engendrar-se, em grande parte, na própria burguesia mercantil, como sucedeu no Brasil e outros países, na medida em que certo número de comerciantes investe na indústria e organiza a produção de artigos, que antes se limitava a comprar e vender”.

Fernandes (2006) notará que o capitalista brasileiro de meados do século XIX não surge da elite agrária escravocrata exportadora. A elite senhorial-estamental-escravocrata era antiliberal e antiburguesa. Foi a pequena burguesia mercantil que associada à essa elite, logrou incrementar a economia e alcançar status econômico e social. Os “barões do café”, associados à burguesia comercial ampliam os seus negócios, de modo que a segunda geração dos grandes cafeicultores será a dos industriais e/ou associados das companhias estrangeiras de transporte e infraestrutura urbana. Florestan destaca a “modernização conservadora” e a “autocracia burguesa” como o padrão da dominação burguesa no Brasil.

Celso Furtado (2006) ressalta o caráter dual da nossa economia, assentado na dependência externa, nas bases da oposição entre centro e periferia, setor agrário (campo) e industrial (urbano), desenvolvimento e subdesenvolvimento. Francisco de Oliveira (2003, p. 47) chama a atenção para a articulação essencial entre setores arcaicos e modernos como próprios e dinamizadores de formações capitalistas da periferia. De modo que não se trata de, “em termos de produtividade, os dois setores – agricultura e indústria – estejam distanciando-se”, estabelecendo-se “o modelo dual”, posto que “por detrás dessa aparente dualidade, existe uma integração dialética”.

Ianni (1986) e Cardoso (1975) destacam a tendência à militarização das formas de dominação burguesa na América Latina, nas bases da periferia e dependência. Cardoso (1975) aponta algumas características nesse processo:

Convém repetir que os regimes autoritários que caracterizam a fase atual do desenvolvimento-dependente (e com ele guardam ao menos afinidades eletivas...) não são mobilizadores, não organizam partidos e limitam as tendências existentes para transformar em doutrinas abertamente totalitárias as bases ideológicas sobre que se assentam. Em geral, nos primeiros momentos de crise de Estado as tendências fascistas apresentam-se com energia (como no Chile de hoje), mas com o tempo a apatia é preferida à mobilização, a ordem estatal-militar à ordem político-partidária, o sopro de uma mentalidade autoritária frouxamente articulada às ideologias vigorosas de estatismo anti-democrático. (CARDOSO, 1975, p. 40)

Cardoso (1975, p. 18) argumenta que o fascismo consiste em um movimento de uma determinada época histórica “em que a dominação tipicamente burguesa” intensificava “o papel do Estado” a partir de dois pilares: mobilização de massas pelo Estado por “intermédio de organizações partidárias” e, “acumulação capitalista” feroz em busca de “mercados externos” – expansionista e nacionalista. Por essa razão rechaça a designação para os tipos de autoritarismos que caracterizam os regimes latino-americanos ditatoriais. Por fim, destaca que o “autoritarismo contemporâneo” é de caráter “elitista” e se estabelece em “políticas de cúpulas”, tendo assim, limitações intrínsecas que o impossibilita de “desenvolver as potencialidades (inegáveis) propriamente fascistas”.

Ianni (1986, p. 21) aponta que no Brasil a “revolução burguesa teve, em geral, conotação autoritária”, a despeito das tensões entre as classes e as pressões populares, ou mesmo de setores liberais da classe média. Diante das exigências impostas pela luta de classes, conforme as leis da concentração e acumulação, as “classes dominantes caminham”, via de regra, “para a repressão e o golpe, ou a conciliação e a reforma". Às vezes, mudam alguma coisa para que o essencial não se transforme”. O diálogo com Gramsci é didático, tanto na utilização de conceitos quanto na tese de “revolução passiva” ou “revolução-restauração” para explicar o tipo de dominação burguesa organizada no país.

Assim, trata-se de pensar as crises econômicas – inerentes ao capitalismo - no bojo de uma fase de instabilidade e reorganização do capital, destacando que os seus efeitos ou impactos são potencializados na periferia e a sua reprodução se dá de forma dialética no âmbito do movimento histórico. Considerando que as estruturas produtivas demandam novas superestruturas políticas, o processo histórico típico de formação e modo de produção que organiza a sociedade, o pensamento político e social nos ajuda a refletir sobre o padrão autoritário de dominação da burguesia brasileira que paira sobre a sociedade, a caracteriza e ora avulta-se.

1. Possui graduação, mestrado e doutorado em Ciências Políticas e Sociais pela Unesp de Marília. [↑](#footnote-ref-0)
2. Possui graduação em Ciências Políticas e Sociais pela FESPSP, mestrado em Serviço Social pela Unifesp e é doutorando do programa de Economia Política da UFABC. [↑](#footnote-ref-1)